



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO  
PRIMEIRO PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No décimo sétimo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador Emerson Sampaio. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Sílvia Letícia mencionou ser hoje o Dia Internacional de Combate à LGBTfobia, uma data importante para fortalecer a luta contra a discriminação, o preconceito e a violência contra pessoas desse segmento. Referiu-se depois à campanha salarial dos servidores municipais, comunicando o resultado de duas reuniões dos representantes dos trabalhadores com a Prefeitura Municipal de Belém – PMB, nos dias 15 e 16 de maio passados. Inteirou que a PMB propôs reajuste zero para os servidores que recebem o salário-base de R\$ 1007,00, sendo apresentada a contraproposta de que esses trabalhadores recebam pelo menos R\$ 1320,00, valor do salário mínimo nacional. Infelizmente, lamentou, a PMB respondeu negativamente e também se negou a repor as perdas inflacionárias dos servidores que ganham acima do salário-base. A PMB propôs reajuste zero para o valor do vale-alimentação, atualmente de R\$ 370,00, havendo a contraproposta de que os servidores passem a ter um vale de R\$ 600,00, aproximando-se do valor da cesta básica em Belém (R\$ 660,00), complementou, mas a resposta da Prefeitura de Belém a esta demanda também foi negativa. Solicitou-se à PMB a manutenção do vale-alimentação aos servidores que estão licenciados por motivo de doença, para que possam se alimentar, mas não houve resposta do Executivo Municipal. Luta-se também pela nomeação dos concursados que fizeram concurso em 2020, pois até agora nenhum deles foi nomeado, adicionou, e a PMB comprometeu-se a iniciar o processo de nomeação no final de julho deste ano. Solicitou-se também à PMB uma política habitacional para os servidores públicos, mas a Prefeitura não se organizou para apresentar uma proposta ou um plano para amenizar o déficit de moradia entre os funcionários municipais. Convidou em seguida os demais parlamentares a participar da sessão especial para debater sobre a situação do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Município de Belém – IASB. Expôs que, na reunião do dia 16, apresentaram a proposta de reestruturação do IASB para que garanta atendimento de urgência e emergência, acesso a consultas e especializações. A PMB respondeu que o processo de reestruturação está sendo iniciado. Na tarde da próxima segunda-feira, anunciou, visitarão o IASB para verificar *in loco* as mudanças já efetivadas. Tratou posteriormente da suspensão das gratificações no cálculo da aposentadoria dos servidores municipais, a ser estabelecida pela PMB através de um decreto que deve ser publicado nos próximos dias. Confessou não saber até que ponto essa nova forma de cálculo impactará no valor da aposentadoria dos funcionários públicos municipais. A mobilização prosseguirá e será realizada, no próximo dia 23 de maio, uma assembleia geral unificada para discutir os próximos passos da campanha salarial, divulgou. Convidou os trabalhadores em educação a participar de uma assembleia do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Estado do Pará – Sintepp no dia 18/05/2023, às 17 horas, na Escola Estadual Augusto Meira. Notificou que os servidores públicos municipais estão em estado de greve na saúde, na educação, na assistência social e em todas as secretarias onde puderam se organizar e, no dia 23 de maio, vão se juntar para discutir a possibilidade de greve no município de Belém. Há tratativas junto ao prefeito Edmilson Rodrigues visando evitar uma greve que seria danosa ao Executivo Municipal, exigindo-se o realinhamento do salário-base do funcionalismo ao salário mínimo nacional, cientificou. Assegurou não se tratar de uma mobilização orquestrada pela ultradireita, mas de uma reação à desvalorização dos servidores em nosso município. Gizelle Freitas saudou o Dia Internacional de Combate à LGBTfobia, lamentando que o Brasil seja o país onde mais pessoas do segmento são assassinadas no mundo. Comemorou posteriormente o anúncio, pela PMB, da nomeação dos aprovados em concurso no final de julho deste ano. Manifestou em seguida sua alegria pelo presidente Lula ter

acabado, no dia anterior, com a paridade de preços internacional (a dolarização do valor dos combustíveis) cumprindo uma promessa de campanha. Observou que as famílias pobres do Pará, chefiadas em grande parte por mulheres, voltaram a cozinhar a lenha nos anos anteriores porque não tinham dinheiro para comprar um botijão de gás, que chegou a custar até R\$ 130,00, não sendo diferente a situação em outros estados. Cerca de 60% do povo do Pará vive de benefícios sociais, assinalou, tornando-se difícil para as pessoas pagar o aluguel, o gás e a conta de energia elétrica. Fez notar que nosso estado tem a tarifa de energia mais cara do país. Comentou depois que no dia anterior o povo brasileiro foi agraciado com a decisão unânime do Tribunal Superior Eleitoral – TSE de cassar o agora ex-deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos – PR). Avaliou ser um resultado importante porque Deltan foi procurador da Operação Lava Jato, a maior armação jurídica já vista em nosso país. Enfermeira Nazaré Lima expressou ser um fato positivo quando alguém é punido por cometer um crime, ocorrendo, no dia anterior, uma punição que nos faz acreditar na justiça e na vida. Sabe-se que ainda cabe recurso, anuiu, julgando merecida a pena imposta a Deltan Dallagnol. Comunicou em seguida que apresentaria um requerimento solicitando que esta Casa manifeste Moção de Repúdio ao Projeto de Emenda à Constituição nº 9/2023 (PEC da Anistia). Fez menção à recente perda do mandato imposta ao ex-vereador Zeca do Barreiro por fraude na cota reservada às mulheres, assumindo em seu lugar a vereadora Sílvia Letícia. As cotas são ações afirmativas para aumentar a representatividade dos segmentos vulneráveis, ponderou, e a cota para mulheres nos parlamentos visa resgatar a dívida que os partidos políticos e o país têm com a maioria da população, composta por mulheres. Frisou não ser culpa do ex-vereador Zeca do Barreiro, mas de seu partido, e que a punição serve para compelir as legendas políticas a tomar cuidado e respeitar a lei. Entretanto, a PEC nº 9/2023 anistia os partidos que cometeram infrações em relação à cota para mulheres e anula uma dívida milionária, constituindo uma tentativa de burlar a lei, testificou. Fernando Carneiro aludiu ao Dia Internacional de Combate à LGBTfobia, informando que em nosso estado houve um aumento de 23% nos casos de violência contra a população LGBT. Infelizmente, por dezessete anos seguidos, o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais, apesar de ser o país onde mais se consome pornografia trans no mundo. É muito importante fazer a defesa dos interesses e direitos da comunidade LGBT, advertiu, inteirando que a expectativa de vida de travestis e transexuais é de apenas 35 anos no Brasil. Entretanto, as pessoas LGBT não padecem apenas com a violência física, vitimadas por estupros e xingamentos, alertou, sofrem também a invisibilidade no mercado de trabalho, pois pouquíssimas empresas ousam contratá-los. Estudo recente mostrou que mais de 73% das empresas não contratam LGBTs por preconceito, pois não avaliam suas qualidades profissionais noticiou. Desse modo, alegou, é fundamental criar políticas públicas de inclusão para esse segmento de nossa população, aplaudindo a iniciativa da PMB de criar o Conselho Municipal da Diversidade Sexual, projeto enviado a esta Casa. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do PSOL, Sílvia Letícia ressaltou a importância da cassação de Deltan Dallagnol, apontando que um parlamentar eleito para representar os interesses do povo não pode, em verdade, representar os interesses de quem o financia. Atestou que o PSOL luta insistentemente pela prisão dos políticos envolvidos em casos de corrupção. O partido está engajado em debates importantes no parlamento pela defesa da democracia, entendendo-se a democracia como todos os espaços possíveis em que a população possa ter seus direitos assegurados, deslindou. A democracia, em um sentido mais amplo, pressupõe o usufruto da riqueza por aqueles que a produzem, arrazoou, sendo a democracia representativa existente em nosso país e no mundo, em verdade, restritiva. Conclamou os membros desta Casa a exercer o fim maior deste parlamento: a fiscalização e o direito de cobrar e exigir o serviço público e a consecução das políticas públicas à população mais desassistida. Pablo Farah, sem partido, assumiu que logo estará filiado ao MDB. Discorreu posteriormente sobre o projeto de lei de sua autoria proibindo o uso de cigarros eletrônicos em nosso município em locais públicos e privados, salientando ser um produto muito nocivo à saúde. A comercialização do cigarro eletrônico é proibida - mas não o seu consumo - e a venda está sendo feita de forma clandestina, avisou. A lei prevê também realização de uma campanha informativa para desestimular a utilização do cigarro eletrônico, completou. Pela liderança do bloco PT – PC do B, Bia Caminha parabenizou a chapa DCE de Todo Mundo, vencedora da eleição para o Diretório Central dos Estudantes - DCE da Universidade Federal do Pará – UFPA, na semana passada. Contou ter sido eleita coordenadora-geral do DCE na eleição anterior, elegendo-se posteriormente vereadora de Belém. Apoiou a chapa vitoriosa, que obteve cinco mil de um total de nove mil votos, em uma eleição robusta, reportou, externando orgulhar-se por ter feito parte da entidade. Declarou defender o devido processo legal e o acesso de todos à justiça e o amplo direito de defesa. Por esse motivo, celebrou muito a cassação de Deltan Dallagnol, pois ele ameaçou a democracia fazendo um conluio com o ex-juiz e hoje senador Sérgio Moro para prender a maior liderança política do país, o presidente Lula. Relatou ter assumido, há alguns meses, a direção nacional da Juventude do PT e,

hoje e no dia seguinte, participará do Fórum da Juventude da China, da América Latina e do Caribe para discutir o desenvolvimento social do mundo. Neste dia, relevou, é comemorado o Dia Municipal de Combate à LGBTfobia, estabelecido em lei de sua autoria, frisando ser a primeira pessoa do segmento LGBT eleita para uma vaga nesta Casa. Julgou que sua chegada a este espaço foi pedagógica, pois a percepção sobre o tema mudou a partir dos pronunciamentos que fez e de sua presença enquanto corpo político. Esperava que isso representasse um avanço, de modo que mais pessoas LGBT viessem a ocupar cadeiras neste parlamento, ajudando a aprovar direitos e políticas públicas para essa comunidade. No dia anterior, adicionou, houve o retorno do Conselho LGBTQIA+ no governo federal, voltando-se a tratar o assunto como um tema de vida e de luta política. Considerou um avanço legal muito importante a equiparação do crime de injúria racial ao crime de racismo. Comentou que o Supremo Tribunal Federal – STF equiparou a LGBTfobia ao crime de racismo, estabelecendo um marco para a defesa de direitos e proteção às vidas das pessoas do segmento. Pela liderança do bloco União Brasil – Patriota – Agir, Josias Higino revelou ter, há muito tempo, o sonho de dispor de um local fora da CMB onde pudesse atender o povo, observando ser o vereador o político mais próximo à população. No sábado anterior, véspera do Dia das Mães, teve a grata alegria de inaugurar o Instituto Ruth Higino, que leva o nome de sua mãe, registrou. Apesar de ter 89 anos e estar com a saúde bastante limitada, usando cadeira de rodas, sua mãe pôde comparecer ao evento e alegrar-se ao ver a placa com o nome do instituto, completou. No local, serão atendidas as pessoas do Guamá, Terra Firme, Cremação, Condor e Jurunas, participou, agradecendo a Deus por agora dispor de um espaço para encontrar o povo, dialogar e dar respostas aos moradores. O instituto está em pleno funcionamento, oferecendo cursos profissionalizantes para que as pessoas possam ganhar seu salário com dignidade, indicou. Pela liderança do bloco PP – Podemos – Pros, manifestou grande tristeza com a tramitação da PEC nº 9/2023 (PEC da Anistia) no Congresso Nacional, comentando que se pretende regulamentar os crimes dos partidos políticos no Brasil e classificando tal fato como uma vergonha. Visa-se anistiar os partidos de todas as violações cometidas antes das eleições de 2022, explicitou, incluindo não cumprimento da cota para as mulheres, desrespeito ao tempo de propaganda na televisão e não distribuição das verbas de campanha. O pior de tudo, entretanto, opinou, é não ser uma proposta da esquerda ou da direita, mas advinda do PSD, contando com apoio da Oposição e das lideranças do Governo na Câmara Federal. A aprovação desse projeto regulamentará o roubo do dinheiro público através dos partidos políticos no Brasil, tratando-se de uma imoralidade, uma indecência, resumiu, instando seus pares a manifestarem-se contrariamente a essa aberração. Pela liderança do PSDB, Mauro Freitas agradeceu, em nome da Federação Paraense de Desportos Aquáticos – FPDA, a presença de todos os participantes do Norte e Nordeste do Brasil em mais um grande evento, que recoloca o Pará no cenário nacional das grandes competições. O Campeonato Norte e Nordeste de Natação Mirim-Petiz reuniu mais de 340 atletas, crianças de 8 a 13 anos vindas de 19 estados brasileiros e representando 50 entidades, reportou. O campeonato foi realizado no Parque Aquático da Universidade do Estado do Pará – Uepa, nos dias 12 e 13 de maio, aditou, agradecendo particularmente a Clay Anderson Nunes Chagas, reitor daquela instituição, que tem sido parceira da FPDA. A Uepa fará trinta anos na sexta-feira seguinte e uma sessão especial está marcada para homenageá-la, acrescentou. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente John Wayne solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico para verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi feita então a leitura da matéria constante em pauta nesta parte da sessão e o vereador Allan Pombo pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura e do interstício aos projetos correspondentes. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o vereador Mauro Freitas pediu Questão de Ordem reiterando a solicitação de retirada da pauta da Segunda Parte da Ordem do Dia de dois projetos de autoria da ex-vereadora Lívia Duarte por ter sido estabelecido em reunião do Colégio de Líderes que somente os projetos dos vereadores atuais entrariam em discussão e votação. O presidente John Wayne respondeu que a solicitação fora levada a uma nova reunião do Colégio de Líderes, sendo então acordado que os dois projetos permaneceriam em pauta. Fez-se posteriormente a leitura e votação do requerimento do vereador Matheus Cavalcante solicitando dois dias de licença parlamentar, em 16 e 17 de maio corrente, sendo este aprovado por unanimidade. Procedeu-se a seguir à leitura e votação do requerimento do vereador Goleiro Vinícius solicitando dois dias de licença parlamentar, nos dias 22 e 23 de maio de 2023, sendo este aprovado por unanimidade. Posteriormente o vereador Mauro Freitas pediu Questão de Ordem solicitando mudança na ordem da pauta da Segunda Parte da Ordem do Dia de modo que o projeto constante no Processo nº 959/19, de sua autoria, entrasse em discussão. O presidente respondeu que a Questão de Ordem seria posta em votação no momento oportuno e informou ter sido acordado no Colégio de Líderes que, através de uma resolução a ser aprovada, qualquer vereador poderá subscrever projetos de ex-vereadores que se tornaram deputados

federais ou estaduais. Dessa forma, não entrariam mais em discussão e votação projetos de ex-vereadores. Passou-se em seguida à leitura do requerimento da vereadora Enfermeira Nazaré Lima solicitando que esta Casa manifeste Moção de Repúdio ao Projeto de Emenda à Constituição nº 9/2023 (PEC da Anistia). Posto em votação nominal, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos favoráveis. Justificaram seus votos os vereadores Bia Caminha, Miguel Rodrigues, Gizelle Freitas, Enfermeira Nazaré Lima, Mauro Freitas e Pablo Farah. Fez-se depois a leitura do requerimento do vereador Túlio Neves solicitando a realização de uma sessão especial para discutir e debater a Lei nº 8807/2011 (de combate ao *bullying*) e temas afins das escolas. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificou seu voto o vereador Túlio Neves. Foi feita posteriormente a leitura do requerimento do vereador Fernando Carneiro solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal O Liberal, edição do dia 17/05/2023, intitulada “Casos de LGBTfobia crescem 23% no Pará e romances ganham espaço”. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificaram seus votos os vereadores Fernando Carneiro e Sílvia Letícia. Procedeu-se em seguida à leitura do requerimento da vereadora Bia Caminha solicitando a realização de uma sessão especial para a entrega de honrarias concedidas, por sua iniciativa, a diversas autoridades. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Passou-se a seguir à leitura do requerimento do vereador Mauro Freitas solicitando a realização de uma sessão especial para comemorar o aniversário de 30 anos da Universidade do Estado do Pará – Uepa. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Foi então colocada em votação a Questão de Ordem do vereador Mauro Freitas solicitando a mudança na ordem da pauta desta parte da sessão de modo que o projeto constante no Processo nº 959/2019, de sua autoria, entrasse em discussão, sendo esta solicitação aprovada por unanimidade. O vereador Pablo Farah pediu depois nova Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Entrou posteriormente em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que “Reconhece como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do município de Belém a Igreja do Evangelho Quadrangular”, constante no Processo nº 959/2019, de autoria do vereador Mauro Freitas. Na discussão, não houve oradores. Fez-se depois a leitura do projeto. Postos em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que “Reconhece como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do município de Belém a Igreja do Evangelho Quadrangular”, constante no Processo nº 959/2019. Em seguida, o vereador Fernando Carneiro pediu Questão de Ordem solicitando mudança na ordem dos projetos em pauta de forma que - após a votação do projeto do vereador Augusto Santos constante no Processo nº 1739/2022 - fossem discutidos e votados os projetos de sua autoria constantes nos processos de números 462/2023 e 461/2023. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada por unanimidade pela plenária. A seguir, entrou em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de fixação de placas de advertência sobre automedicação em farmácias no município de Belém”, constante no Processo nº 1739/2022, de autoria do vereador Augusto Santos. Na discussão, manifestou-se o vereador Augusto Santos. Posteriormente, o vereador Augusto Santos pediu Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Passou-se depois à leitura do projeto. Postos em seguida em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de fixação de placas de advertência sobre automedicação em farmácias no município de Belém”, constante no Processo nº 1739/2022. Posteriormente, a vereadora Bia Caminha pediu Questão de Ordem solicitando mudança na ordem da pauta de forma que o projeto constante no Processo nº 186/2023, de sua autoria, entrasse em discussão e que seus artigos fossem votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Em seguida, entrou em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de resolução que “Dispõe sobre a alteração do nome da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Belém para Comissão de Meio Ambiente e Clima”, constante no Processo nº 186/2023, de autoria da vereadora Bia Caminha. Na discussão, não houve oradores. Fez-se depois a leitura do projeto. Postos a seguir em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto de resolução que “Dispõe sobre a alteração do nome da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Belém para Comissão de Meio Ambiente e Clima”, constante no Processo nº 186/2023. Posteriormente, o vereador Fernando Carneiro pediu novamente Questão de Ordem solicitando que os projetos de sua autoria, constantes nos processos de números 462/2023 e 461/2023, fossem votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada

pela plenária. Em seguida, entraram em discussão única e votação, com dispensa de interstício, os projetos: projeto que “Concede a Medalha do Mérito Cultural e Patrimônio de Belém a Mestre Damasceno”, constante no Processo nº 462/2023; projeto que “Concede o título de Cidadão de Belém a Mestre Damasceno”, constante no Processo nº 461/2023. Na discussão, não houve oradores. Foi feita depois a leitura dos projetos. Postos a seguir em votação, os projetos foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovados os projetos de lei: projeto que “Concede a Medalha do Mérito Cultural e Patrimônio de Belém a Mestre Damasceno”, constante no Processo nº 462/2023; projeto que “Concede o título de Cidadão de Belém a Mestre Damasceno”, constante no Processo nº 461/2023. Justificou seu voto o vereador Fernando Carneiro. Posteriormente, o vereador Allan Pombo pediu Questão de Ordem solicitando mudança na ordem da pauta de forma que o projeto constante no Processo nº 380/2023 e o projeto constante no Processo nº 305/2023, ambos de sua autoria, entrassem em discussão, sendo votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Entraram depois em discussão única e votação, com dispensa de interstício, os projetos: projeto que “Institui na Câmara Municipal de Belém a Comenda de Honra ao Mérito Antônio Baena e o Diploma Antônio Lemos”, constante no Processo nº 380/2023; projeto que “Institui no município de Belém o Dia do Maçom”, constante no Processo nº 305/2023. Na discussão, não houve oradores. Fez-se a seguir a leitura dos projetos. Postos depois em votação, os projetos foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovados os projetos de lei: projeto que “Institui na Câmara Municipal de Belém a Comenda de Honra ao Mérito Antônio Baena e o Diploma Antônio Lemos”, constante no Processo nº 380/2023; projeto que “Institui no município de Belém o Dia do Maçom”, constante no Processo nº 305/2023. A vereadora Gizelle Freitas pediu depois Questão de Ordem solicitando mudança na ordem da pauta de forma que o projeto constante no Processo nº 467/2023, de sua autoria, entrasse em discussão, sendo seus artigos votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Entrou em seguida em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que “Institui o Mês Maio Furta-Cor, dedicado à conscientização, ao incentivo, ao cuidado e promoção da saúde mental materna”, constante no Processo nº 467/2023, de autoria da vereadora Gizelle Freitas. Na discussão, não houve oradores. Fez-se posteriormente a leitura do projeto e da emenda substitutiva a ele, de autoria da vereadora Gizelle Freitas. Postos a seguir em votação, os artigos do projeto e a emenda foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que “Institui o Mês Maio Furta-Cor, dedicado à conscientização, ao incentivo, ao cuidado e promoção da saúde mental materna”, constante no Processo nº 467/2023. Em seguida, o presidente John Wayne encerrou a sessão, às onze horas e sete minutos. Estavam licenciados os vereadores Wellington Magalhães, Fabrício Gama, Lulu das Comunidades e Matheus Cavalcante. Justificaram suas ausências os vereadores Amaury da APPD, Bieco, Blenda Quaresma, Fábio Souza, Goleiro Vinícius, Igor Andrade e João Coelho. Estiveram presentes os vereadores: Miguel Rodrigues, José Dinelly, Renan Normando, Emerson Sampaio e Roni Gás, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Josias Higino e Pastora Salete, pelo bloco União Brasil – Patriota – Agir; Neném Albuquerque e John Wayne, pelo MDB; Gizelle Freitas, Enfermeira Nazaré Lima, Sílvia Letícia e Fernando Carneiro, pelo PSOL; Altair Brandão e Bia Caminha, pelo bloco PT – PC do B; Juá Belém e Augusto Santos, pelo Republicanos; Mauro Freitas e Moa Moraes, pelo PSDB; Márcio Santos, pelo PSB; Allan Pombo, pelo PDT; Dona Neves, pelo PSD; Pablo Farah, sem partido; Túlio Neves, sem partido. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 17 de maio de 2023.



1º Secretário



Presidente



2º Secretário